

Sumário

APRESENTAÇÃO

DELAMAR JOSÉ VOLPATO DUTRA / JULIA SICHIERI MOURA..... IX

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

BRUCE ACKERMAN..... XXVII

PRIMEIRA PARTE NO COMEÇO

CAPÍTULO 1 – CRIAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL.....	3
1. A VOZ PROFÉTICA	3
2. FUNDAÇÕES	5
3. A NARRATIVA PROFISSIONAL.....	7
4. A LINHA HISTÓRICA EXISTENTE	9
5. REFORMA: UM TERCEIRO CAMINHO?.....	11
6. ALÉM DO ARTIGO 5º	17
7. CRITÉRIOS DE RECONSTRUÇÃO	20
8. DA RECONSTRUÇÃO AO <i>NEW DEAL</i>	26
8.1 Os critérios do <i>New Deal</i>	26
8.2 O que era novo com relação ao <i>New Deal</i> ?	28

9. DE ROOSEVELT A REAGAN – E ALÉM DELES	29
10. ALÉM DO FORMALISMO.....	31
CAPÍTULO 2 – REFORMULANDO A FUNDAÇÃO.....	35
1. SABEDORIA CONVENCIONAL.....	35
2. O PROBLEMA	37
2.1 Problemas relativos aos artigos	38
2.2 Problemas com a Convenção.....	39
3. PROBLEMAS COM AS CONSTITUIÇÕES DOS ESTADOS.....	41
4. O EFEITO <i>LOCOMOTIVA</i>	44
5. O PROBLEMA DA IDENTIFICAÇÃO.....	45
5.1 A conferência de Mount Vernon	47
5.2 Anápolis	49
5.3 A rebelião de Shays.....	52
5.4 O Congresso Continental assume o ritmo da Locomotiva	55
5.5 Rhode Island	57
6. A PROPOSTA E AS FUNÇÕES DE ACIONAMENTO	59
6.1 A ilegalidade na Filadélfia	59
6.2 A confirmação de Nova Iorque	66
6.3 Violência na Filadélfia	68
6.4 O papel estabilizador do Congresso Continental.....	70
7. RATIFICAÇÃO: A LOCOMOTIVA DOS ESTADOS	71
8. CONSOLIDAÇÃO.....	81
9. DA PRÁTICA À TEORIA	83
CAPÍTULO 3 – O PRECEDENTE DA FUNDAÇÃO	87
1. DO MÉTODO.....	87
2. O SIGNIFICADO DO ARTIGO 5º	89
2.1 A Convenção	91
2.2 O entendimento público e a linguagem comum	95
2.3 O entendimento público: a história.....	97

3. O SIGNIFICADO DA CONVENÇÃO	102
4. REINTERPRETANDO O TEXTO: A DINÂMICA DA LEGITIMAÇÃO	108
5. FALHAS DA FUNDAÇÃO.....	111
6. MAS ISSO É LEI?.....	116
6.1 Positivismo humanista?	117
6.2 Um enigma	118

SEGUNDA PARTE

A RECONSTRUÇÃO

CAPÍTULO 4 – DILEMAS FORMALISTAS.....	125
1. A PERGUNTA QUE NÃO FOI FEITA	125
2. DEZEMBRO DE 1865.....	127
2.1 Algumas questões sobre a 13ª Emenda.....	127
2.2 Algumas questões sobre a 14ª Emenda.....	129
2.3 Dilema número um	130
3. UM PARADOXO PERDIDO?	131
4. O PARADOXO RECUPERADO.....	132
4.1 Salvando a 13ª Emenda?.....	132
5. SALVANDO A 14ª EMENDA?	133
6. DILEMA NÚMERO DOIS: A RATIFICAÇÃO DA 14ª EMENDA.....	142
7. DESATANDO O NÓ GÓRDIO	146
8. O PODER DA GUERRA?	149
9. OS SONS DO SILÊNCIO	152
 CAPÍTULO 5 – LIDERANÇA PRESIDENCIAL	 157
1. DA FUNDAÇÃO PARA A RECONSTRUÇÃO.....	157
2. PRIMEIRA FASE: SINALIZAÇÃO PRESIDENCIAL	163
2.1 Criação da norma Constitucional pelas instituições em geral.....	 166

2.2 A convenção de paz de Washington.....	168
2.3 As convenções separatistas.....	169
3. A SEGUNDA FASE: A PROPOSTA.....	170
3.1 A declaração e os seus problemas.....	172
3.2 Ao Povo: as eleições de 1862 e 1864.....	173
3.3 O chamado “Switch in Time”.....	176
3.4 Um gesto formalista.....	179
4. A INICIATIVA PRESIDENCIAL.....	180
5. A RATIFICAÇÃO NÃO-CONVENCIONAL.....	185
5.1 O Estado do Mississippi.....	186
5.2 O Estado da Carolina do Sul.....	190
6. CONSOLIDAÇÃO PRESIDENCIAL.....	197
6.1 Ponto e contraponto: a resolução de Sumner e a mensagem do Presidente.....	197
6.2 A declaração de Seward.....	200
6.3 Aquiescência congressional.....	202
7. O LADO CONSERVADOR DO CARÁTER NÃO-CONVENCIONAL.....	206
 CAPÍTULO 6 – CONVENÇÃO/ CONGRESSO.....	 209
1. AVALIANDO O MOMENTO.....	209
2. A LINHA DE PARTIDA PRESIDENCIAL.....	213
3. A FASE DE IDENTIFICAÇÃO.....	216
4. A FASE DA PROPOSTA.....	225
4.1 A defesa não-convencional da 14ª Emenda.....	226
4.2 Contraponto presidencial.....	230
5. O ACIONAMENTO POR INTERMÉDIO DAS ELEIÇÕES.....	231
6. O TEXTUALISMO RECONSIDERADO.....	238
 CAPÍTULO 7 – INTERPRETANDO O MANDATO.....	 241
1. O ACIONAMENTO PELAS ELEIÇÕES?.....	241
2. O FORMALISMO DE JOHNSON.....	244
3. A CONVENÇÃO/CONGRESSO DEFENDE O SEU MANDATO.....	245

4. HAVIA REALMENTE UM MANDATO?	247
5. DEFININDO O MANDATO	249
5.1 A Reconstrução como uma re-Fundação	257
5.2 O lado conservador da Lei de Reconstrução	260
6. O CONGRESSO NACIONALIZA O PROCESSO DE RATIFICAÇÃO	261
7. TRIANGULANDO OS PRECEDENTES	265
CAPÍTULO 8 – A GRANDE TRANSFORMAÇÃO	269
1. RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	269
2. O DESAFIO EMERGENTE	275
3. O ATAQUE	277
4. A TENSÃO POLÍTICA E AS ELEIÇÕES DE 1867	283
5. O DESAFIO CONGRESSIONAL	285
6. MC CARDLE <i>EX PARTE</i>	291
7. A TENTATIVA DE <i>IMPEACHMENT</i>	295
8. A LUTA PELA RATIFICAÇÃO CONTINUA	301
9. A POSIÇÃO FINAL DE SEWARD	305
10. A CONSOLIDAÇÃO: AS ELEIÇÕES DE 1868	306
11. A CONSOLIDAÇÃO E A CORTE DE JUSTIÇA	311
12. A AMPLIAÇÃO DA CORTE E SEUS EFEITOS	311
12.1 Consolidando a Reconstrução	314
13. O RETORNO À POLÍTICA NORMAL	322
14. ALÉM DE TOCQUEVILLE	330

Terceira parte

A Modernidade

CAPÍTULO 9 – DA RECONSTRUÇÃO AO <i>NEW DEAL</i>	335
1. DO MÉTODO	335
2. A REJEIÇÃO FORMAL DO FORMALISMO	342

3. APRENDENDO COM A RECONSTRUÇÃO?	348
4. A VISÃO DO ARTIGO 5º	351
5. BASES INSTITUCIONAIS PARA AS “DECISÕES ANÁLOGAS ÀS EMENDAS” ..	354
6. VIRANDO A MESA DA RECONSTRUÇÃO.....	357
CAPÍTULO 10 – REPENSANDO O <i>NEW DEAL</i>	363
1. A ASCENSÃO DA LIDERANÇA PRESIDENCIAL	363
2. AS ELEIÇÕES SINALIZADORAS.....	366
3. A SINALIZAÇÃO PRESIDENCIAL	366
3.1 O partido e a presidência nas transformações constitucionais	370
4. ELABORANDO A PROPOSTA	372
4.1 A primeira onda	373
4.2 Retornando ao povo.....	376
5. O APERFEIÇOAMENTO DA PROPOSTA	377
5.1 Recompondo a cena.....	377
5.2 A Suprema Corte estabelece um limite.....	381
5.3 O Presidente responde	386
5.4 Reformulando a proposta.....	393
5.5 Refinando a proposta: a crítica da Suprema Corte	395
6. AS ELEIÇÕES DE ACIONAMENTO.....	399
CAPÍTULO 11 – AS EMENDAS AUSENTES.....	407
1. HIPERFORMALISMO?	407
2. A INICIATIVA PRESIDENCIAL	412
2.1 A liderança presidencial.....	414
2.2 Resposta do Congresso.....	417
3. O DEBATE PÚBLICO.....	422
4. AS AUDIÊNCIAS DO SENADO	429
4.1 A declaração de Jackson	429
4.2 O testemunho de Wheeler.....	430
5. A TRANSIÇÃO E SUAS ALTERNATIVAS.....	435

5.1 O cenário de ampliação da Corte.....	437
5.2 O cenário do artigo 5º	440
5.3 Um diálogo frustrado	441
5.4 O cenário da ratificação	445
6. O HIPERTEXTUALISMO REVISITADO	447
CAPÍTULO 12 – REDESCOBERTA OU CRIAÇÃO?	451
1. DEFENDENDO A “MUDANÇA IMEDIATA”	451
1.1 Cenários alternativos	451
1.2 Jurisprudência: a revolta pragmática	453
1.3 A crítica do Federalismo	454
1.4 Considerando a alternativa	455
1.5 Em prol do não-convencional	457
2. DA RATIFICAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO	457
2.1 Indicações transformadoras	458
3. AS CONFIRMAÇÕES DO SENADO E AS ELEIÇÕES DE RATIFICAÇÃO.....	460
3.1 O papel das eleições de ratificação	462
3.2 O cão que não latia e o cão que latia	463
3.3 O “efeito locomotiva” revisto	467
4. DECISÕES TRANSFORMADORAS.....	468
4.1 Da “Common Law” para a solução constitucional.....	469
4.2 Fase um.....	472
4.3 Um momento de transformação?	478
4.4 Fase dois	480
4.5 A Reconstrução reconsiderada.....	489
CAPÍTULO 13 – RECUPERANDO A CONSTITUIÇÃO.....	499
1. REGRAS, PRÁTICAS E PRINCÍPIOS	499
2. ESTRUTURAS PROFUNDAS	501
3. A IDENTIDADE CONSTITUCIONAL.....	504
4. DE ROOSEVELT A REAGAN – E ALÉM DELES	507

4.1 Sibalização presidencial	508
4.2 Anatomia do fracasso.....	508
5. INDICAÇÕES USUAIS E TRANSFORMADORAS.....	510
5.1 Alterações usuais	510
5.2 Requisitos presidenciais	511
5.3 De Scalia a Kennedy.....	512
5.4 De Souter para Breyer	514
6. O SIGNIFICADO DO DISPOSITIVO <i>CASEY</i>	516
7. ESQUIVANDO-SE COM OS JUÍZES	520
8. O QUE ESTÁ ERRADO COM AS INDICAÇÕES TRANSFORMADORAS?	524
9. ENFOQUE JURÍDICO	524
9.1 O peso institucional	525
9.2 A resposta popular	526
9.3 O potencial da resolução de problemas	526
10. REFORMA?	527
10.1 O desafio	530
10.2 A proposta	531
10.3 O problema com os Referendos	531
10.4 O problema com a presidência	532
11. A HIPÓTESE DA REFORMA	533
11.1 Indicações transformadoras comparadas	534
11.2 O sistema clássico comparado	535
12. A LEI DA SOBERANIA POPULAR.....	536
13. DÚVIDAS JURISPRUDENCIAIS	538
13.1 Por que o formalismo?.....	538
13.2 Além do realismo.....	540